

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E CONTABILIDADE

CURSO DE ECONOMIA

**UMA ANÁLISE DA CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO DO BRASIL PARA OS
CASOS DO MERCOSUL E ESTADOS UNIDOS**

ANDERSON RAFAEL SCHMITZ

IJUÍ, JUNHO DE 2010

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E CONTABILIDADE

CURSO DE ECONOMIA

**UMA ANÁLISE DA CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO DO BRASIL
PARA OS CASOS DO MERCOSUL E ESTADOS UNIDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Economia, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

ANDERSON RAFAEL SCHMITZ

ORIENTADOR: JOSÉ DALMO SILVA DE SOUZA

Ijuí, junho de 2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a minha família, que sempre esteve sempre presente, dando apoio em todos os momentos de minha vida, possibilitando conquistas como essa.

A Deus, por possibilitar essa e inúmeras outras conquistas.

Ao meu orientador, Professor José Dalmo, que auxiliou na elaboração desse trabalho para que, assim, possível a sua concretização.

Aos amigos, professores e demais pessoas que contribuíram de alguma forma para alcançar mais uma meta de minha vida.

Muito Obrigado a todos!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar se para o Brasil, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) proporcionou criação de comércio ou desvio de comércio. O procedimento metodológico do estudo é baseado em primeiramente definir uma integração econômica e apresentar os diferentes graus em que elas ocorrem, em seguida é feito um breve histórico da abordagem sobre integração econômica na América Latina, especialmente a participação da CEPAL nesse processo que precedeu o Mercosul, dando continuidade ao estudo, uma análise da evolução das variáveis de pesquisa, que são as Exportações, Importações e Grau de Abertura Comercial brasileiro com o bloco e com os Estados Unidos dimensionam o volume das relações comerciais que envolvem o bloco e a economia estadunidense. Através da comparação do comportamento do Grau de Abertura Comercial do Brasil com o Mercosul e com os Estados Unidos foi possível inferir que o acordo de integração criou comércio, beneficiando o Brasil com aumento do bem estar.

Palavras-chave: Integração econômica. Mercosul. Criação e desvio de comércio. Grau de abertura comercial.

ABSTRACT

This study has as objective to analyze if for Brazil, the Common Market of the South (Mercosul) provided to creation of commerce or shunting line of commerce. The metodológico procedure of the study is based on first defining a economic integration and presenting the different degrees where they occur, after that a historical briefing of the boarding on economic integration in Latin America is made, especially the participation of the Cepal in this process that preceded the Mercosul, giving continuity to the study, one analyzes of the evolution of the research variable, that are the Exportations, Importation and Brazilian Degree of Commercial Opening with the block and the United States dimensionam the volume of the commercial relations that they involve the block and the economy American. Through the comparison of the behavior of the Degree of Commercial Opening of Brazil with the Mercosul and the United States it was possible to infer that the integration agreement created commerce, being benefited Brazil with increase of the welfare.

Keywords: Economic integration, Mercosul, Creation and Shunting line of Commerce, Degree of Commercial Opening.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Exportações brasileiras com o Mercosul totais por fator agregado 1988-2008	25
Tabela 2: Exportações brasileiras com os Estados Unidos totais por fator agregado 1988-2008.....	30
Tabela 3: Evolução da participação das importações e exportações com o Mercosul e com os Estados Unidos no total brasileiro	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Intercâmbio comercial brasileiro - evolução das exportações e importações com o Mercosul 1988-2008.....	23
Gráfico 2: Grau de abertura comercial do Brasil com o Mercosul 1988-2008	27
Gráfico 3: Intercâmbio comercial brasileiro - evolução das exportações e importações com os Estados Unidos 1988-2008	28
Gráfico 4: Grau de abertura comercial do Brasil com os Estados Unidos 1988-2008.....	32
Gráfico 5: Evolução do grau de abertura comercial do Brasil com o Mercosul e do Brasil com os Estados Unidos	36

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA, GRAUS DE INTEGRAÇÃO E OS PRECEDENTES DO MERCOSUL.....	11
1.1 Conceito de integração econômica.....	11
1.1.1 Graus de integração econômica.....	12
1.2 Precedentes do Mercosul.....	14
1.2.1 O pensamento cepalino focado na integração.....	15
1.2.2 A criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).....	17
1.2.3 O Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE).....	19
1.2.4 O Tratado de Assunção e a criação do Mercosul.....	19
2 A EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO BRASIL COM O MERCOSUL E OS ESTADOS UNIDOS E O GRAU DE ABERTURA COMERCIAL....	21
2.1 Tarifa Externa Comum (TEC).....	21
2.2 A definição de exportações por fator agregado.....	22
2.3 O grau de abertura comercial.....	22
2.4 Indicadores do Brasil com o Mercosul.....	23
2.4.1 Exportações e importações totais.....	23
2.4.2 Exportações totais por fator agregado.....	25
2.4.3 Grau de abertura comercial.....	27
2.5 Indicadores do Brasil com os Estados Unidos.....	28
2.5.1 Exportações e importações totais.....	28
2.5.2 Exportações totais por fator agregado.....	30
2.5.3 Grau de abertura comercial.....	32
3 OS EFEITOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA, A ABORDAGEM DE CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO NO MERCOSUL NO CASO BRASILEIRO.....	33
3.1 Conceito de criação e desvio de comércio.....	33
3.2 Análise da criação e desvio de comércio.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS.....	44

INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, o tema integração econômica ganhou maior repercussão, visto que as economias das nações se encontravam avariadas e a idéia de se integrar comercialmente com mais países para reorganizar o crescimento da economia nacional começou a se tornar mais interessante. Tais integrações econômicas entre as nações foram ocorrendo através de acordos multilaterais supervisionados pelo GATT¹, atualmente OMC², ou então através de acordos regionais. As teorias acerca do comércio internacional já comprovaram que tais acordos multilaterais promovem ganhos de bem-estar, além de eficiência para os países envolvidos. Quanto à criação dos acordos regionais, existem certas discordâncias nas bibliografias já publicadas, se tais acordos proporcionam mais ganhos do que perdas para as nações. Diante disso, estudos que têm por objetivo analisar os efeitos proporcionados por acordos regionais entre as nações, tornam-se úteis para identificar os ganhos ou perdas de bem-estar.

Na América Latina as discussões em torno de estabelecer acordos regionais são datadas desde o início do século XX, porém com um ponto de vista diferente do que se tem como molde de uma integração, atualmente. A proposta de estabelecer um acordo de integração econômica dentro das concepções atuais, tal como um mercado comum, são levadas em pauta com uma abordagem feita pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), desde o início da década de 1960, com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), organização que fora sucedida na década de 1980 pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Brasil e Argentina procuraram progredir no tema integração econômica, assinando, em 1986, o Programa de Integração e Cooperação

¹ *General Agreement on Tariffs and Trade* – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, criado em 1947, com o objetivo de harmonizar as políticas aduaneiras dos estados signatários.

² Organização Mundial do Comércio, criada em 1995, para gerenciar acordos multilaterais de comércio; servir de fórum para o comércio internacional e supervisionar a adoção de acordos e implementação dos mesmos pelos membros da organização.

Econômica (PICE), tendo como objetivos propiciar um espaço comum, a abertura seletiva dos seus mercados e estimular a complementação de setores específicos da economia dos dois países. Em 1991, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai assinam o Tratado de Assunção, objetivando a criação de um mercado comum entre os países, a assinatura desse tratado precedeu o que, futuramente (1995), ficaria conhecido como Mercado Comum do Sul (Mercosul), uma integração econômica com redução total das tarifas entre os membros do bloco, utilizando uma tarifa externa comum para países não membros, além da livre mobilidade de fatores de produção dentro do bloco.

A presente monografia tem como tema a integração econômica na América Latina, concentrando-se no Brasil dentro do Mercosul. O objetivo central é estudar o que o Mercosul proporcionou em termos de comércio para o Brasil, especificamente se a criação do bloco econômico criou ou desviou o comércio. Em suma, a criação de comércio proporciona aumento do bem-estar e eficiência para os países envolvidos na integração, já o desvio de comércio provoca efeitos contrários.

Para alcançar tal objetivo, foi feita uma análise da evolução das variáveis de estudo, que são: as Exportações, Importações e Grau de Abertura Comercial do Brasil com o Mercosul, no período de 1988 a 2008, contrastando-as com as Exportações, Importações e Grau de Abertura Comercial brasileiro com os Estados Unidos no mesmo período. A partir dos contrastes no comportamento do Grau de Abertura Comercial com o bloco e com a economia estadunidense, é possível efetuar uma avaliação sobre se houve criação ou desvio de comércio.

A fonte principal dos dados utilizados no estudo foram às pesquisas da Secretária de Comércio Exterior, que estão disponíveis na página na Internet do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Além dessa, também foram utilizados os dados de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis em seu site, bem como uma pesquisa bibliográfica em materiais que apresentaram conteúdo relevante com base no que já foi publicado sobre o tema.

No primeiro capítulo deste trabalho, é apresentada uma abordagem sobre a integração econômica, a caracterização dos níveis de integração econômica, e feito um breve histórico das integrações que precederam a formação do Mercado Comum do Sul.

No segundo capítulo, são referenciados os termos sobre os quais são realizadas as transações comerciais com o bloco, a evolução das exportações, importações e grau de abertura comercial do Brasil com o Mercosul e com os Estados Unidos, no intervalo de 1988 a 2008, tecendo comentários a respeito de ambos.

No terceiro, e último capítulo, é realizada uma análise, contrastando o grau de abertura brasileiro com o bloco e com os Estados Unidos, assim como a representatividade das exportações e importações de ambos no total das exportações e importações brasileiras, para, então, inferir considerações se ocorreu criação ou desvio de comércio para o Mercosul.

1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA, GRAUS DE INTEGRAÇÃO E OS PRECEDENTES DO MERCOSUL

Neste capítulo, primeiramente, é definida a integração econômica, após, são descritos os diferentes graus de integração e, por fim, apresentadas as discussões acerca de integração econômica na América Latina, que precederam o Mercosul.

1.1 Conceito de integração econômica

Para entender o que integração econômica, é necessário compreender o conceito de “integração”. Balassa (1961) define o termo “integração econômica”. O autor descreve que em linguagem corrente uma integração significa a junção de várias partes em um todo. Porém, na linguagem econômica, a expressão “integração econômica” não possui um significado tão claro como na linguagem corrente, sendo que alguns autores incluem a integração social nesse conceito. Já outros consideram várias formas de cooperação internacional e até mesmo utilizando o argumento de que a mera existência de relações entre economias nacionais independentes é um sinal de integração.

Balassa (1961) propõe, então, definir a integração econômica como um processo e uma situação, de maneira que um processo implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados, enquanto que situação corresponde à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais. Para entender essa definição, se faz necessário interpretar e distinguir uma integração de uma cooperação. Balassa (1961, p.12) os diferencia da seguinte forma:

Enquanto a cooperação inclui uma ação tendente a diminuir a discriminação, o processo de integração econômica pressupõe medidas que conduzem à supressão de algumas formas de discriminação. Por exemplo, cabem no âmbito da cooperação internacional os acordos internacionais sobre políticas comerciais, ao passo que a supressão de barreiras aduaneiras é um ato de integração.

Logo, a cooperação compreende ações que tendem a aproximar Estados independentes, mas que não irão de fato, por si só, extinguir as discriminações existentes entre dois ou mais Estados. Já uma integração é caracterizada por atos que tem fundamentalmente o objetivo da abolição de discriminações em uma determinada área. Tanto uma cooperação,

como uma integração pode ser bilateral ou multilateral, ou seja, pode envolver apenas duas ou várias economias.

1.1.1 Graus de integração econômica

As abordagens literárias sobre integração econômica sugerem uma divisão classificando as diferentes modalidades em que pode se ter uma integração. Essas modalidades podem ser compreendidas como tipos distintos de modelos de integração ou estágios, em ordem crescente, de um mesmo processo de complementaridade entre duas ou mais economias (BAUMANN; LERDA, 1987). Assim, a integração econômica possui os seguintes níveis³:

No primeiro nível de uma integração econômica, se tem uma Área de Tarifas Preferenciais, caracterizada por uma redução tarifária parcial entre os países signatários. A redução das tarifas pode ser aplicada a apenas alguns produtos, e também não envolve as políticas tarifárias dos membros da integração com o resto do mundo.

O segundo nível que caracteriza uma integração econômica, é uma Área de Livre Comércio. Neste caso, os países membros eliminam totalmente as tarifas sobre as importações para os participantes, mantendo suas políticas comerciais independentes com relação ao resto do mundo. Nesse nível já se faz necessária uma coordenação das políticas cambiais dos signatários, a fim de evitar desequilíbrios comerciais causados pelas diferenças cambiais. Não é necessário que a eliminação das tarifas seja simultaneamente para todos os produtos da pauta, sendo que o normal é que a criação de uma Área de Livre Comércio seja inaugurada com base nos produtos de um reduzido número de setores, e que esse número seja gradativamente ampliado (BAUMANN; LERDA, 1987).

Uma União Aduaneira é o terceiro nível possível de integração econômica. Nesse estágio mais avançado, os países signatários não só eliminam as tarifas sobre as importações intra-união, como também adotam uma barreira tarifária uniforme da União Aduaneira com relação ao resto do mundo. Dessa forma, qualquer mercadoria proveniente de um país não pertencente ao acordo é submetida a uma barreira alfandegária igual em todos os países

³ Ver, dentre outros, BALASSA (1961); BAUMANN e LERDA (1987); BRUM e HECK (2005); CARVALHO e SILVA (2004).

membros da união. Os acordos desse tipo incluem quase que a totalidade dos produtos da pauta, com ressalva à freqüente exceção dos produtos agrícolas, como afirmam Baumann e Lerda (1987).

O quarto nível é definido como um Mercado Comum, constituído por todos os elementos de uma União Aduaneira, e permitindo também a livre mobilidade dos fatores de produção⁴ entre os países membros. Este estágio de integração requer uma maior harmonização das políticas dos países do acordo, isto porque, usando o exemplo da livre mobilidade da mão-de-obra, é necessário que a legislação desse sistema seja idêntica em todos os signatários do acordo, caso contrário torna-se impossível à coordenação, já que cada país possui leis diferentes quanto ao seguro-desemprego, previdência social, entre outros. Sendo assim, para que um Mercado Comum opere de maneira correta, é preciso um nivelamento das políticas domésticas. Essa coordenação é feita por uma organização supranacional, capaz de regular e controlar tais elementos presentes no acordo.

No quinto, e último nível, se tem uma União Monetária e Econômica, também chamada de Integração Econômica Total. Neste estágio, a integração é composta por todos os elementos presentes em um Mercado Comum, e o elemento que as difere das demais é a adoção de uma moeda comum e um Banco Central único, ou seja, a harmonização total das políticas monetária e cambial entre os países membros. Com uma política monetária elaborada para toda a união, o governo perde o poder de emitir moeda para financiar seus gastos, restando somente a política fiscal (através da emissão de títulos) para intervir sobre a economia.

O fato dos diferentes modelos de integração serem descritos em forma de níveis não implica na necessidade de serem levados como degraus evolutivos obrigatórios, isto é, um grupo de países pode assinar um acordo, formalizando diretamente uma União Aduaneira, sem que se seja necessário começar com uma Área de Tarifas Preferenciais, evoluir em seguida para uma Área de Livre Comércio e só, então, chegar a uma União Aduaneira.

As integrações econômicas proporcionam vários benefícios para os países membros do acordo. Brum e Heck (2005, p. 262) listam as seguintes como sendo as principais:

⁴ São cinco os fatores de produção: terra, capital, mão de obra, capacidade empresarial e tecnologia.

- a) economias de escala;
- b) intensificação da competitividade;
- c) atenuação dos problemas de pagamentos internacionais;
- d) possibilidade de desenvolver novas atividades difíceis de serem empreendidas isoladamente;
- e) aumento do poder de negociação;
- f) formulação mais coerente da política econômica nacional;
- g) transformações estruturais (maior mobilidade dos fatores de produção);
- h) aceleração do ritmo de desenvolvimento e possibilidade de um maior nível de desemprego.

De uma maneira geral, os países buscam na integração econômica a possibilidade de expandir seu comércio, visto que com um mercado de atuação mais amplo, a produção destinada às exportações é impulsionada a aumentar, para atender a nova demanda internacional. Todo esse processo de aumento da produção e riqueza nacional visa atingir um alto grau de desenvolvimento socioeconômico (BRUM; HECK, 2005).

1.2 Precedentes do Mercosul

Os ideais de constituir um modelo de integração na América Latina são de longa data. As primeiras propostas possuíam uma concepção de integração diferente da atual. Assim, segundo Silva (1990), é possível identificar duas épocas bem distintas da problemática integracionista latino-americana: a primeira época pode ser definida da seguinte forma:

[...] caracteriza-se pelo predomínio do que se poderia denominar de “programas de união político-cultural latino-americana”. Ela vai da fase das lutas pela independência política do século passado até as primeiras décadas do século atual, o que inclui a criação da Aliança Popular Revolucionária Americana (PARA) em 1924 por Haya de la Torre. Entre seus programas de ação, a PARA se propunha trabalhar em prol da cooperação e da união entre povos latino-americanos. (SILVA, 1990, p. 34).

Ao fazer menção às lutas por independência do século passado, Silva (1990) refere-se ao período do século XIX, onde Simón Bolívar foi um dos pioneiros a propor idéias de uma união na América Latina. Bolívar propôs uma integração para os povos da América como forma de defender e assegurar a liberdade e independência dos países latino-americanos. Entretanto, seu empenho não foi capaz de render os frutos que esperava, devido a uma série de conflitos que ocorreram na época entre as nações latino-americanas.

Outros autores também propuseram idéias de uma integração dos países da América Latina, porém suas idéias estavam fundamentadas em aspectos sócio-culturais, com o objetivo

de assegurar a independência cultural das nações latino-americanas, impedindo maiores influências externas.

1.2.1 O pensamento cepalino focado na integração

As propostas de uma integração na concepção atual só tomam caráter no pós-guerra. Para Silva (1990), a partir de 1948, com a criação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)⁵, o tema integração ganhou uma nova visão quando discutido na América Latina. A corrente de pensamento cepalino, baseado em teorias desenvolvimentistas, passa dar uma nova abordagem teórica à economia latino-americana. A realidade da região, era de uma série de países de periferia (subdesenvolvidos) ligados a problemas de estrangulamento externo, deterioração dos termos de troca, passagem de uma situação de “crescimento para fora” para uma situação de “desenvolvimento para dentro”, esgotamento do processo de substituição de importações e necessidades de industrialização da região.

Na linha de raciocínio desenvolvida pela CEPAL parecia lógico que, para sair da situação de atraso, “havia de se encontrar a forma de aumentar rapidamente as produções nacionais e elevar a eficiência da organização econômica latino-americana. Para isto, tinha-se que introduzir mudanças institucionais e deviam ser incorporados o progresso técnico e os altos índices de produtividade da indústria moderna. Isto não se podia levar adiante, como os fatos demonstravam, se se persistisse na política de industrialização fechada nos mercados nacionais e se o comércio exterior se limitasse aos produtos primários. Era imprescindível expandir o comércio e estabelecer gradualmente uma estrutura diversificada de produção, cuja demanda ultrapassasse os limites dos mercados nacionais e tornasse possível, além disto, o aumento das correntes de importações. (CEPAL apud SILVA, 1990, p. 37).

A CEPAL viu na proposta de integração econômica a possibilidade de resolver esses problemas, uma vez que, isoladamente, seria muito difícil para cada país latino-americano competir com outros centros de maior nível industrial. Era necessária uma proposta de integração para industrializar o mais rápido possível as economias da América Latina para obter o tão sonhado desenvolvimento econômico, sendo que o fator responsável pelos atos falhos da industrialização latino-americana não é outro senão a própria limitação dos mercados nacionais a que essa industrialização se tem circunscrito (TORRES apud SILVA, 1990).

⁵ Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 25 de fevereiro de 1948, para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável. (CEPAL, 2010).

Para a CEPAL (apud SILVA, 1990), era urgente e imprescindível ampliar os mercados nacionais através da criação do mercado regional latino-americano, pois, sem isto, seria impossível desenvolver um complexo industrial dinâmico, capaz de produzir os bens de capital e os bens intermediários que a América Latina necessita.

Logo, a orientação cepalina foi predominantemente comercialista, buscando na integração econômica a alternativa para expandir os mercados nacionais que se encontravam limitados, bem como proporcionar a industrialização das economias latino-americanas. Com a combinação desses dois fatores, seria possível mudar a situação de subdesenvolvimento da região, obtendo o tão almejado desenvolvimento.

Em meados do século XX, a proposta da criação de uma união aduaneira latino-americana foi debatida pela CEPAL, mas a integração só passou a ganhar um foco efetivo após a CEPAL criar o Comitê de Comércio em 1955. Embora fora criado em 1955, o comitê só foi concretamente constituído no ano seguinte (1956). Nesse mesmo ano, foram instituídos grupos de especialistas para trabalhar na caracterização do mercado regional e no estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos. (PREBISCH apud SILVA, 1990).

A partir daí, o Comitê de Comércio elaborou uma série de documentos com o que eles consideravam as bases para formação de um acordo de integração regional na América Latina. As idéias eram baseadas na criação de um mercado comum, abrangendo todos os países latino-americanos. Além da eliminação paulatina de tarifas e outras restrições ao livre comércio, propunha-se a unificação do regime tarifário frente a terceiros países, a coordenação das políticas comerciais dos países membros por um comitê central e a organização de um sistema regional de pagamentos e créditos (VERSIANI, 1987). As recomendações do Comitê de Comércio permaneceram em pauta por várias reuniões, de modo que em cada nova reunião, novas proposições eram feitas, como por exemplo, a recomendação de se evitar a criação de mercados sub-regionais no bloco.

1.2.2 A criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)

À medida que se desenvolvia o trabalho do Comitê de Comércio, ficou explícito que a formação de um mercado comum na América Latina era um projeto a longo prazo, para ser executado gradualmente por etapas evolutivas.

Em 1959, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai tomaram a frente no interesse de constituir um acordo multilateral. Após uma seqüência de reuniões com especialistas em política comercial dos quatro países membros da CEPAL, e com uma concessão do GATT para um regime especial quanto à “cláusula da nação mais favorecida”⁶, estes definiram pela criação de uma Área de Livre Comércio. O acordo foi oficializado pelo Tratado de Montevideú, em fevereiro de 1960. Além dos quatro países já citados, também assinaram o tratado o México, Paraguai, Peru e, posteriormente, Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia.

O acordo possuía um mecanismo baseado em listas, para a redução das barreiras de comércio. As negociações multilaterais seriam elaboradas caso a caso, ou seja, produto a produto. Conforme Versiani (1987, p. 30):

1. As Listas Nacionais de concessões: cada país oferecia, em rodadas anuais uma lista de mercadorias e respectivo programa de redução de tarifas, de forma tal a efetuar, cada ano, uma diminuição média de 8% em suas tarifas para a área, em proporção às tarifas aplicadas aos países não membros. As concessões eram objeto de negociação, tendo em vista a obtenção de reduções em mercadorias de interesse do país ofertante, por parte de seus parceiros. Uma vez sacramentadas, as reduções eram estendidas a todos os membros, ainda que tivessem sido suscitadas por negociações entre pares ou grupos de países; por outro lado poderiam ser revogadas no futuro.
2. As Listas Comuns: complementarmente, seria negociada em cada triênio uma lista consolidada, comum a todos os membros. Para mercadorias que fossem incluídas nessa lista, as concessões se tornavam irrevogáveis.

Após um período de 12 anos de aperfeiçoamento, as tarifas seriam eliminadas totalmente entre os membros do acordo. Junto às listas, também foram firmados acordos de complementação industrial para setores específicos dos países membros.

De acordo com Versiani (1987), nos primeiros anos de acordo, as Listas Nacionais incluíram um número substancial de produtos com tarifas reduzidas, porém grande parte

⁶ A cláusula da nação mais favorecida estabelece a extensão imediata, para todos os países membros do acordo de integração, de qualquer benefício já concedido ou que será concedido a um dos membros.

desses já eram comercializados antes da área de livre comércio, sob acordo bilaterais. Assim, esse progresso nas negociações acabou sendo mais aparente do que real. Com o fim de uma fase de ímpeto inicial, as concessões deixaram de ser satisfatórias, ao passo que foram sendo cada vez menores. Já em 1969, esse processo entra em crise, assim como as negociações das Listas Comuns que já vinha em mau funcionamento desde 1967.

O insucesso do mecanismo de listas acabou minando o acordo de integração, que caiu no marasmo. Em 1969 o Protocolo de Caracas institucionalizou o insucesso do programa de liberalização, previsto em 1960, diluindo de tal forma as obrigações dos países membros a ponto de reduzir o Tratado a uma mera declaração de boa-vontade das partes em relação a integração (MARTINEZ apud VERSIANI, 1987).

Versiani (1987) ainda afirma que as três principais razões do insucesso da ALALC foram: o abandono do “princípio de reciprocidade”, onde cada país teria assegurado um aumento de exportações a medida que expandisse suas importações; a generalização compulsória de concessões para todos os países membros; e, por fim, a dificuldade por parte dos países mais adiantados da área, em aceitar uma redução no nível de atividade de um de seus ramos produtivos. Esses três pontos possuem em comum o fato da dificuldade dos países membros fazerem um balanço dos ganhos e perdas associados à liberalização de seu comércio.

Com a decadência da ALALC, foram debatidas novas idéias para adaptar um modelo de integração na América Latina. Os debates se estenderam até 1980, quando a ALALC foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) na assinatura do novo Tratado de Montevideu. Esse acordo foi criado com parâmetros mais condizentes a região. Versiani (1987, p. 36) afirma que a ALADI,

[...] se diferencia do tratado anterior principalmente pela limitação de seus objetivos, tendo sido saudado por seu “realismo” e “flexibilidade”. O propósito mais geral é o de compatibilizar a tendência anterior a acordos bilaterais ou sub-regionais com a sobrevivência do aparelho institucional preexistente. O único compromisso multilateral são as margens de preferência, descontos oferecidos por cada país para as tarifas sobre as importações da área.

Os acordos de complementação foram mantidos, assim como a revogação da cláusula da nação mais favorecida. Versiani (1987) expõe que esse tratado parte da idéia de uma

integração econômica “por convergência”, isto é, acordos limitados a setores ou áreas geográficas que em seguida poderiam ganhar maior amplitude.

A ALADI foi aderida por um total de 12 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. O acordo ainda vigora, no entanto, na prática, a ALADI enfrenta os mesmos problemas da ALALC: a escassa percentagem que representa o comércio intrazonal (BRUM; HECK, 2005).

1.2.3 O Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)

Em 1985, Brasil e Argentina buscaram avançar nas negociações de uma integração econômica com a Declaração do Iguazu, manifestando o interesse de constituir um acordo de integração no Cone Sul (CERVO; RAPOPORT, 1998). No ano seguinte, as negociações avançaram com a Ata para a Integração Brasil-Argentina, e a criação do PICE. Essa Ata contém a base do que futuramente viria a nortear o Tratado de Assunção:

[...] **flexibilidade**, para permitir ajustamentos no ritmo e nos objetivos; **gradualismo**, para avançar em etapas anuais; **simetria**, para harmonizar as políticas específicas que interferem na competitividade setorial e **equilíbrio dinâmico**, para propiciar uma integração setorial uniforme. (ACE, 2010, grifo do autor).

Em 1988, os dois países assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, com o objetivo de criar uma área de livre comércio no prazo máximo de dez anos. Junto ao tratado, também foram assinados um total de 24 protocolos que abordavam diversos temas para cooperação Brasil-Argentina. A assinatura de uma nova ata em 1990, conhecida por Ata de Buenos Aires, formalizou a diminuição do prazo da integração para quatro anos, objetivando a criação de um mercado comum.

1.2.4 O Tratado de Assunção e a criação do Mercosul

A assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai instituiu a criação de um mercado comum entre os países citados. Esse acordo de integração foi chamado de Mercado Comum do Sul (Mercosul). O tratado definiu que o mercado comum teria a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países membros; a eliminação progressiva das tarifas alfandegárias, de maneira que até o final

de 1994 se chegasse à tarifa zero no comércio intrabloco; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e política comercial comum em relação a países que não pertençam ao bloco; e a coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais dos países membros.

Após um período de adaptação do tratado, em 1994, o Protocolo de Ouro Preto reconheceu a personalidade jurídica de direito internacional do Tratado de Assunção, sendo esse o marco institucional do Mercosul. Conforme Brum e Heck (2005, p. 279), os órgãos que compõem a estrutura institucional do Mercosul são:

- a) Conselho do Mercado Comum (CMC): é o órgão superior do Mercosul e tem a incumbência da condução política do processo de integração, sendo composto pelos ministros das Relações Exteriores e pelos ministros da Fazenda. A presidência será rotativa entre os Estados-membros;
- b) Grupo Mercado Comum (GMC): é o órgão executivo do Mercosul. Tem as funções de fiscalizar o cumprimento de todos os acordos e fixar programas de trabalho para que se avance nas discussões do grupo;
- c) Comissão de Comércio do Mercosul (CCM): é o órgão encarregado de assistir o GMC e tem a competência de fiscalizar a aplicação das políticas comuns, bem como acompanhar e revisar temas relacionados à política comercial;
- d) Comissão Parlamentar Conjunta (CPC): é o órgão representativo dos Parlamentos. Tem por função acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados-membros para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercado;
- e) Foro Consultivo Econômico-Social: representa os setores econômicos e sociais, tendo função consultiva;
- f) Secretaria Administrativa do Mercosul: órgão de apoio operacional responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos.

Atualmente, fazem parte do Mercado Comum do Sul como Estados Partes: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela encontra-se em processo de adesão como Estado Parte. Além destes, ainda existem mais cinco países que fazem parte como Estados Associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru).

2 A EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO BRASIL COM O MERCOSUL E OS ESTADOS UNIDOS E O GRAU DE ABERTURA COMERCIAL

Neste capítulo são discutidos os termos e obrigações de negociação que regem as exportações e importações brasileiras com o bloco e com a economia estadunidense, a evolução e composição das mesmas ao longo do período de 1988 a 2008, além do grau de abertura comercial do Brasil com o Mercosul e Estados Unidos.

2.1 Tarifa Externa Comum (TEC)

As negociações comerciais entre os países membros do Mercosul ocorrem sobre uma Tarifa Externa Comum (TEC), adotada pelos países membros a partir de 1º de janeiro de 1995. A adoção dessa tarifa tem por objetivo incentivar a competitividade, evitar oligopólios e reservas de mercado e impedir a triangulação de mercadorias, pois, com uma tarifa única para todos os membros do bloco, não há como um país que não pertença ao bloco utilizar a manobra de inserir seu produto no mercado intra-bloco, através de um país que tenha uma tarifa aduaneira menor do que os demais. Além disso, conforme explica a Secretaria do Comércio Exterior (2010):

Também foi acordado que a TEC deveria atender aos seguintes critérios: a) ter pequeno número de alíquotas; b) baixa dispersão; c) maior homogeneidade possível das taxas de promoção efetiva (exportações) e de proteção efetiva (importação); d) que o nível de agregação para o qual seriam definidas as alíquotas era de seis dígitos.

No Brasil, a TEC entrou em vigor pelo Decreto nº 1.343, de 23/12/94, e, em 1º de janeiro de 2007, entrou em vigor uma nova versão da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), adaptada à IV Emenda do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, aprovada pelo Conselho de Cooperação Aduaneira (SH-2007). As tarifas variam de acordo com cada mercadoria, existindo até algumas isentas.

Com o conhecimento desses termos de negociação, em um primeiro momento, a análise é feita observando e relatando a evolução do total das exportações e importações ao longo dos vinte anos apresentados, e, em seguida, é feita levando em consideração as exportações por fator agregado.

2.2 A definição de exportações por fator agregado

Conforme a SECEX (2010), o conceito de exportações por Fator Agregado leva em consideração a subdivisão das mercadorias em três grandes grupos, classificando-as pelo nível de transformação que a mercadoria sofreu durante o processo produtivo até a sua venda final.

- Produtos Básicos: produtos com baixo valor, intensivos em mão-de-obra com cadeia produtiva simples, sofrendo poucas transformações durante o processo produtivo. Esse primeiro grupo contempla minérios em geral, grãos e agricultura.

Os produtos industrializados passam por uma nova divisão, em semi-manufaturados e manufaturados, novamente de acordo com o nível de transformação sofrido durante o processo produtivo.

- Semi-manufaturados: produtos que passaram por alguma transformação. Neste segundo grupo estão incluídas mercadorias como: alimentos, peças e acessórios de vestuário.
- Manufaturados: produtos com alto nível de transformação, geralmente com maior tecnologia e de alto valor agregado. Finalmente, nesse terceiro grupo, estão dispostas mercadorias, como: eletroeletrônicos, chips e veículos automotores.

2.3 O grau de abertura comercial

Outro indicador que é utilizado para avaliar o comportamento das exportações e importações brasileiras com o Mercosul e com os Estados Unidos é a evolução do Grau de Abertura Comercial, que é definido por Carvalho e Silva (2004, p.106) como:

O grau de abertura comercial é um indicador que serve para comparação internacional. Quanto maior é o valor do grau de abertura comercial de um país, mais este país transaciona com o exterior, ou seja, maior é a proporção de mercadorias importadas e exportadas em relação ao seu PIB.

Pode ser obtido pela seguinte expressão:

$$\text{Grau de Abertura Comercial} = \{[(X + M)/2]/\text{PIB}\} \times 100$$

Nesta expressão, X e M representam, respectivamente, as exportações e importações do país em questão. Nesse caso, são feitos dois cálculos, um para as exportações e

importações do Brasil com o Mercosul e outro para os Estados Unidos. O PIB representa o produto interno bruto do país de origem das exportações e importações, ou seja, a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos no Brasil.

2.4 Indicadores do Brasil com o Mercosul

2.4.1 Exportações e importações totais

O gráfico 1 se refere às exportações e importações brasileiras realizadas com o Mercosul, de 1988 a 2008. Essas negociações foram feitas na modalidade *Free On Board* (F.O.B.), pertencente à listagem Incoterms (*International Comercial Terms*), que fixa direitos e obrigações entre as partes negociantes (LUNARDI, 2001). De acordo com Lunardi (2001), na modalidade F.O.B., o exportador é responsável pelos custos com seguro e transporte da carga até o momento que esteja carregada no navio. O importador passa a ser responsável a partir daí, ou seja, no momento em que a carga transponha a murada do navio onde será carregada. Os custos de seguro e transporte são por conta do comprador da mercadoria.

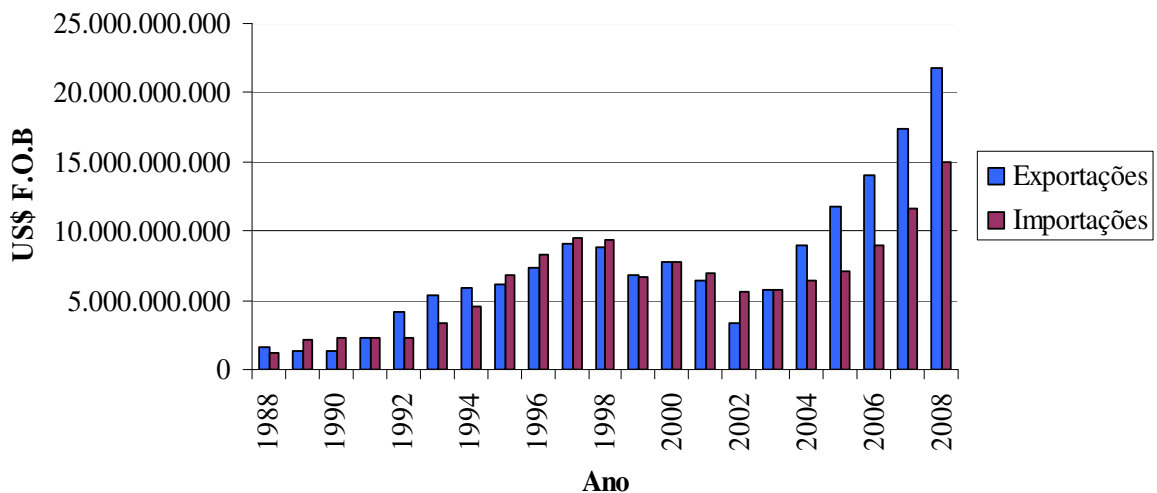


Gráfico 1: Intercâmbio comercial brasileiro - evolução das exportações e importações com o Mercosul 1988-2008

Fonte: Secex, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2010.

Nota: valores nominais.

Pode-se observar no Gráfico 1 que as Exportações e Importações tiveram um comportamento semelhante em certos pontos durante os vinte anos analisados, sendo que no ano inicial da série (1988) foram de US\$ 1,64Bi e US\$ 1,13Bi, respectivamente. Nos dois anos seguintes, as importações tiveram um aumento ao mesmo tempo em que as exportações

diminuíram, alterando a condição de um superávit, para um déficit comercial nos anos de 1989 e 1990.

A partir de 1991, as exportações brasileiras passam a crescer com as importações acompanhando esse movimento, porém de maneira menos expressiva, esse crescimento do total exportado faz com que o saldo brasileiro com o Mercosul volte a ser positivo pelos próximos três anos, impulsionado pelo aumento nas negociações comerciais após a assinatura do Tratado de Assunção.

Após os consecutivos superávits comerciais, em 1995, as importações que vinham crescendo desde 1993, superam o valor exportado. Mesmo com as exportações acompanhando esse crescimento, as importações cresceram em maior escala, fazendo com que novamente a balança comercial brasileira com o bloco fique em déficit; Esse comportamento do comércio com o bloco está ligado à variação cambial (ver Anexo E) que ocorreu nesse período caracterizado pela adoção do Plano Real⁷ e a criação de uma nova moeda nacional, o Real, marcando esse momento por uma valorização da moeda brasileira frente ao dólar estadunidense, proporcionando tal efeito nas importações segundo a Secex (2010):

Com o câmbio sobrevalorizado, a alta dos preços dos produtos nacionais diminui a atratividade externa dos mesmos, penalizando os exportadores em geral. Assim, os setores nacionais ligados à exportação são expostos à concorrência dos produtos importados, que se encontram mais baratos e mais atrativos.

De 1995 a 2003, o Brasil acumulou resultados negativos consecutivos, exceto no ano de 1999, onde esboçou uma pequena reação com um saldo positivo e nos demais anos foi acumulando déficits comerciais, sendo que, em 2002, apresentou o maior déficit durante os vinte anos observados no gráfico, totalizando US\$ 2,29Bi negativos. Tal resultado está ligado ao fato da brusca queda nas exportações desse ano, quando se apresentavam em um nível sempre acima de US\$ 6Bi ao ano, caindo para US\$ 3,31Bi, em 2002, enquanto as importações foram de US\$ 5,61Bi. A queda das exportações está ligada basicamente a dois fatos: a retração na economia dos países latino-americanos atingiu fortemente a Argentina, provocando uma redução das importações argentinas oriundas do Brasil. Além disso, o ano de 2002 é marcado pela crise que atingiu o Brasil em função das incertezas quanto às

⁷ O Plano Real foi um amplo plano econômico realizado no Brasil em 1994, teve como objetivo principal conter a inflação crônica na economia brasileira (PLANO REAL, 2010).

expectativas do primeiro mandato de um novo partido na presidência. Isso fez com que o mercado respondesse mal, refletindo efeitos negativos nas relações comerciais brasileiras.

Como já descrito anteriormente, em 2003 o saldo comercial ainda foi negativo, entretanto, vale ressaltar que nesse ano as exportações começam a crescer novamente. Com o mercado mais calmo, após a redução das turbulências na economia causadas pelo período eleitoral, o comércio brasileiro com o bloco começa a se recuperar, e já, em 2004, o Brasil volta a ter um superávit comercial com o Mercosul, e tal superávit se repete pelos próximos anos. Esse crescimento se mantém constante até 2008 e é observado não só no total exportado, como também no importado, porém as exportações aumentam de maneira mais expressiva, chegando a 2008, totalizando US\$ 21,73Bi contra US\$ 14,93Bi de importações, um saldo comercial de US\$ 6,80Bi positivos com o Mercosul.

2.4.2 Exportações totais por fator agregado

Tabela 1: Exportações brasileiras com o Mercosul totais por fator agregado 1988-2008

Ano	Básicos	Semi Manufaturados	Manufaturados	Op. Especiais(*)	Total
1988	10,47%	9,70%	79,74%	0,08%	100,00%
1989	14,20%	3,95%	81,54%	0,32%	100,00%
1990	13,04%	2,96%	83,82%	0,17%	100,00%
1991	9,94%	3,63%	86,36%	0,07%	100,00%
1992	7,40%	2,51%	90,07%	0,02%	100,00%
1993	6,96%	2,99%	89,80%	0,24%	100,00%
1994	6,05%	4,09%	89,65%	0,21%	100,00%
1995	6,66%	3,91%	89,11%	0,31%	100,00%
1996	6,96%	3,13%	89,61%	0,31%	100,00%
1997	6,09%	3,48%	90,14%	0,28%	100,00%
1998	6,58%	3,28%	89,92%	0,23%	100,00%
1999	6,42%	3,04%	90,08%	0,45%	100,00%
2000	5,85%	2,49%	91,37%	0,28%	100,00%
2001	6,89%	3,28%	89,52%	0,31%	100,00%
2002	8,39%	4,66%	86,48%	0,47%	100,00%
2003	6,82%	3,57%	89,23%	0,38%	100,00%
2004	4,91%	3,69%	91,08%	0,33%	100,00%
2005	4,69%	3,00%	91,98%	0,33%	100,00%
2006	4,67%	3,27%	91,75%	0,32%	100,0%

Continua na página seguinte...

Ano	Básicos	Semi Manufaturados	Manufaturados	Op. Especiais(*)	Total
2007	4,09%	2,86%	92,86%	0,18%	100,00%
2008	4,94%	2,95%	92,02%	0,09%	100,00%

Fonte: Secex, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2010.

(*) mercadoria nacionalizada, reexportação e consumo de bordo.

Seguindo a série de dados, os produtos básicos partem de 1988 com 10,47% do valor total de exportações, e, em 1989, obtiveram sua maior participação, com 14,20% do total das mercadorias destinadas ao bloco econômico. Nos anos seguintes, o grupo dos produtos básicos foi sofrendo seguidas quedas, oscilando sempre em torno de 6% a 9% até 2003. Já em 2004, sua representatividade se reduz ainda mais, passando a ser 4,91% e variando em torno desse valor, fechando 2008 com 4,94%.

Durante os vinte anos os produtos semi-manufaturados sempre atuaram como a menor parcela das exportações. Além disso, ainda tiveram a maior redução dentre os três grupos de 1988 para 2008. Com exceção de 1988, onde representaram 9,70%, nos demais anos, nunca ultrapassaram a barreira dos 5% do total exportado, oscilando quase sempre em torno de 3%, finalizando 2008 com 2,95% das exportações brasileiras com destino ao Mercosul, ou seja, um valor praticamente três vezes menor do que em 1988.

O grupo de produtos manufaturados teve uma evolução diferente dos outros dois, sendo o único que aumentou sua representatividade. Em 1988, tiveram seu menor resultado nos vinte anos expostos, com 79,74% das exportações, mas nos anos seguintes acumula constantes aumentos até chegar a 90,07%, em 1992. Nos anos seguintes os produtos manufaturados mantiveram-se sempre em torno de 90% do valor total de exportações, exceto pelo ano de 2002, onde sofreu uma brusca queda para 86,48%.

De 2003 a 2005 acumulou três sucessivos aumentos, voltando a casa dos 90%. Já em 2006, o constante crescimento é interrompido, fechando 2006, com 91,75% sendo que em 2005 representavam 91,98%. Apesar disso, no ano seguinte (2007), esse grupo atinge o seu ápice durante os vinte anos, com 92,86% do total exportado, e fecha 2008 com 92,02%. Acompanhando a Tabela 1, que descreve o comportamento das exportações brasileiras destinadas ao Mercosul, classificadas de acordo com o seu Fator Agregado, fica evidente que as exportações estão seguindo uma tendência de se concentrar em produtos manufaturados.

2.4.3 Grau de abertura comercial

O Gráfico 2 ilustra a evolução do grau de abertura comercial brasileiro com o bloco no decorrer dos vinte anos.

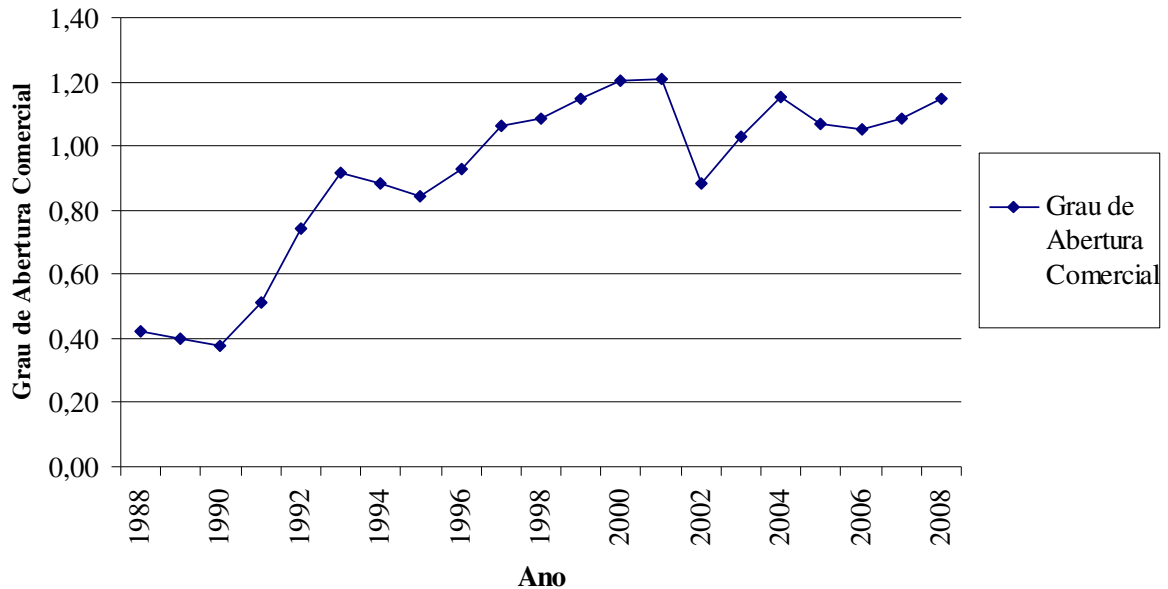


Gráfico 2: Grau de abertura comercial do Brasil com o Mercosul 1988-2008.
Fonte: Secex, Ministério da Indústria e Comércio Exterior, United Nations, 2010.

Após apresentar uma queda no ano de 1989 e 1990, fechando com 0,40 e 0,38 respectivamente, quando era de 0,42 em 1988, pode-se observar que o grande salto da abertura comercial brasileira com relação ao Mercosul, teve início de 1990 para 1991, acumulando três anos seguidos de aumento no intercâmbio comercial com o bloco chega em 1993 com um indicador de 0,92. Em 1994, após a série de aumentos, o grau de abertura novamente sofre uma queda que se repete em 1995, ano em que, de fato, passa a vigorar o Mercosul. Contudo, já no ano seguinte volta a crescer alcançando 0,93 e passa a acumular sucessivos aumentos que seguem até o ano de 2001, onde o indicador atinge o ápice durante os vinte anos, com 1,21. O ano seguinte (2002) fica marcado pela brusca redução no grau de abertura comercial em função de um decréscimo no PIB e uma queda nas importações e exportações como explicado anteriormente. Dessa forma, nesse ano, o indicador fecha em 0,88. Em 2003 e 2004, o PIB, as importações e exportações reagem, fazendo com que o grau de abertura chegue próximo ao que representava em 2001, porém tal reação é interrompida em 2005, sofrendo oscilações até fechar 2008 em 1,15.

2.5 Indicadores do Brasil com os Estados Unidos

Os Estados Unidos ocupa um lugar de destaque nas relações comerciais com o Brasil. A economia estadunidense representa o maior parceiro comercial do Brasil.

2.5.1 Exportações e importações totais

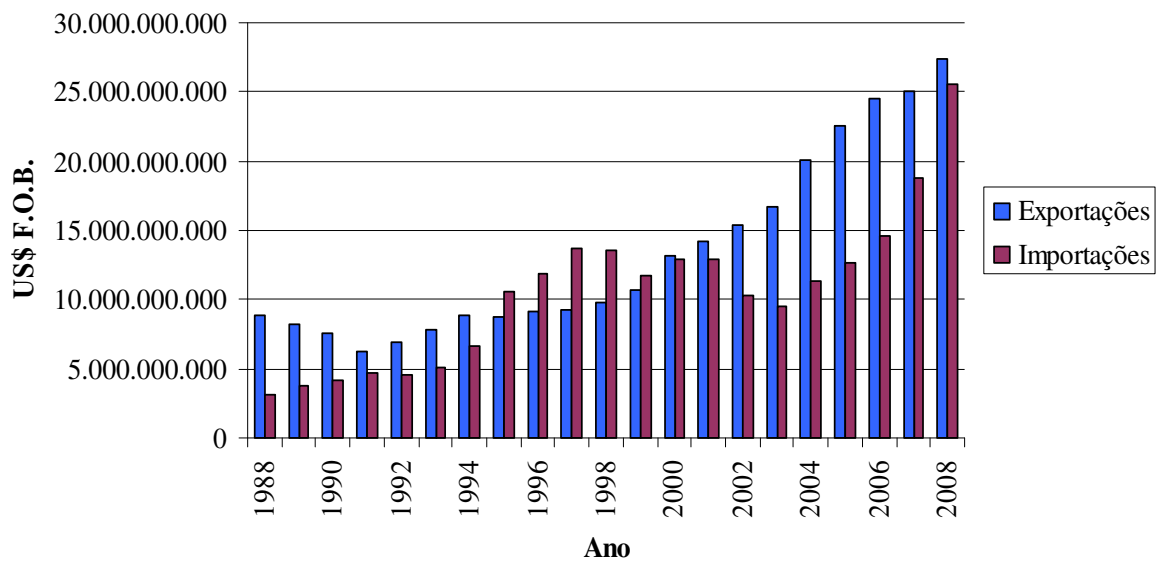


Gráfico 3: Intercâmbio comercial brasileiro - evolução das exportações e importações com os Estados Unidos 1988-2008

Fonte: Secex, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2010.

Nota: valores nominais.

Conforme o gráfico 3, tanto o volume das exportações quanto das importações aumentaram expressivamente no intervalo de vinte anos. O saldo comercial manteve-se superavitário quase que em todos os anos, com exceção do período de 1995 a 1999.

As exportações, em 1988, totalizavam US\$ 8,83Bi, contra US\$ 3,08Bi de importações, o menor valor das importações em toda a série apresentada. No período de 1988 a 1991 as exportações sofreram seguidas quedas ao mesmo passo em que as importações aumentavam gradativamente. Mesmo assim, o saldo comercial brasileiro com os Estados Unidos permaneceu positivo.

De 1992 a 1994, as importações sofreram oscilações mantendo-se em torno da faixa de US\$ 5Bi anuais. Já as exportações, após quatro anos de crescimento negativo, recuperam-se

em 1992 e voltam a crescer, chegando, em 1994, com um valor semelhante do que representavam em 1988.

O ano de 1995 é marcado pelo início de seguidos déficits comerciais com os EUA, com três aumentos consecutivos nas importações, e, até mesmo nos anos de 1998 e 1999, quando as importações diminuíram, o saldo comercial permaneceu negativo. Esse salto nas importações foi causado pela sobrevalorização da moeda brasileira (conforme se pode verificar no Anexo E), com o Real passando por uma fase de apreciação a demanda por produtos importados aumentou, pois esses se tornaram mais atrativos conforme já explicado anteriormente, isso fez com que a balança comercial com os Estados Unidos entrasse em déficit. De 1994 para 1997, o total importado dobrou, enquanto que as exportações permanecem quase que estagnadas até 1998, chegando perto de US\$ 10Bi, dando início a uma fase de constante crescimento nos dez anos seguintes. Apesar disso, o saldo comercial só volta a ser superavitário em 2000.

Em 1999, o Brasil abandonou o sistema de taxa de câmbio fixa e adotou o regime cambial flutuante (BRUM; HECK, 2005). Isso provocou uma depreciação do Real e o dólar estadunidense entra em uma fase de apreciação. Essa desvalorização da moeda brasileira proporcionou uma série de aumentos das exportações do Brasil com destino aos Estados Unidos, pois “uma desvalorização da taxa de câmbio aumenta a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, fazendo crescer as exportações, a produção e o emprego” (CARVALHO; SILVA, 2004, p.152).

Os aumentos consecutivos nas exportações proporcionaram oito anos seguidos de superávits, com o total exportado, em 2008, alcançando quase três vezes o valor do que era em 1998, mais precisamente, uma elevação de 181,34% em dez anos. De 2003 a 2008, o crescimento foi de maior expressão, se mantendo entre US\$ 2Bi a R\$ 2,3Bi, em média maior a cada ano no volume total recebido pelas mercadorias exportadas para os Estados Unidos. Vale destacar a magnitude do crescimento das exportações nos anos seguintes, sendo que em alguns anos apresentou um valor de quase o dobro das importações.

No intervalo de 2000 a 2003, as importações reduziram-se, e após essa queda, de 2004 para os anos seguintes, apresentaram sucessivos aumentos, destacando o aumento ocorrido no último ano de análise. Com um ano onde a moeda brasileira estava valorizada, o impacto

ocorreu diretamente no montante das importações, que foram cerca de US\$ 7Bi maior em relação o ano de 2007, fechando 2008 com US\$ 25,62Bi importados, um valor sete vezes maior do que era em 1988 contra US\$ 27,42Bi exportados. No entanto, o crescimento das importações foi insuficiente para anular o superávit devido ao crescimento das exportações e também, a defasagem entre os valores das exportações e importações.

2.5.2 Exportações totais por fator agregado

A Tabela 2 refere-se à evolução da composição das exportações do Brasil com destino ao mercado estadunidense.

Tabela 2: Exportações brasileiras com os Estados Unidos totais por fator agregado 1988-2008

Ano	Básicos	Semi Manufaturados	Manufaturados	Op. Especiais(*)	Total
1988	12,43%	12,60%	74,97%	0,01%	100,00%
1989	10,70%	11,62%	77,69%	0,00%	100,00%
1990	10,84%	13,45%	75,69%	0,02%	100,00%
1991	13,38%	15,15%	71,46%	0,01%	100,00%
1992	11,65%	14,02%	74,32%	0,00%	100,00%
1993	9,86%	13,90%	76,04%	0,19%	100,00%
1994	10,61%	15,95%	73,07%	0,38%	100,00%
1995	10,07%	21,86%	67,21%	0,86%	100,00%
1996	10,95%	20,92%	66,31%	1,82%	100,00%
1997	12,38%	21,91%	65,34%	0,37%	100,00%
1998	9,80%	20,12%	69,78%	0,30%	100,00%
1999	10,16%	19,46%	70,01%	0,38%	100,00%
2000	7,11%	18,50%	72,36%	2,03%	100,00%
2001	5,83%	14,30%	77,43%	2,44%	100,00%
2002	7,41%	14,45%	75,50%	2,64%	100,00%
2003	8,62%	13,92%	77,17%	0,29%	100,00%
2004	8,32%	18,11%	73,25%	0,32%	100,00%
2005	9,24%	18,92%	71,21%	0,63%	100,00%
2006	14,42%	17,18%	67,91%	0,49%	100,00%
2007	19,42%	17,02%	63,15%	0,41%	100,00%
2008	22,83%	17,95%	58,74%	0,47%	100,00%

Fonte: Secex, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2010.

(*) mercadoria nacionalizada, reexportação e consumo de bordo.

A composição das exportações destinadas aos EUA apresentou grandes variações. O grupo dos produtos básicos foi o que teve a maior alteração. Em 1988 representava 12,43% do total exportado e durante os anos seguintes, mais precisamente até 1999, oscilou sempre, mantendo-se próximo aos 10% das exportações. No ano de 2000, este grupo sofre a primeira redução mais acentuada. Assim, os produtos básicos com destino aos EUA foram 13,5% menor em relação ao que representavam, em 1999. O ano seguinte fica marcado pela menor representatividade das mercadorias básicas exportadas durante os vinte anos analisados, totalizando apenas 5,83% em 2001. De 2002 a 2008, o volume de produtos básicos começa a aumentar ano a ano, com exceção do ano de 2004, que teve uma redução em relação a 2003, fechando em 8,32%. Esses constantes aumentos fizeram com que alcançassem 22,83% da totalidade de produtos básicos exportados para os EUA, um valor 83,67% maior do que representava em 1988.

O grupo dos semi-manufaturados totalizava 12,60% dos produtos exportados em 1988, e até 1994 sofreu oscilações dentro da faixa de 15%. Em 1995, aumentou sua representatividade para 21,86% das exportações, permanecendo acima dos 20% do total pelos três anos seguintes. De 1999 a 2003, teve sucessivas quedas, chegando a representar 13,92% em 2003. Tal resultado não era observado desde 1993. No ano seguinte (2004) sofreu um aumento, passando para 18,11%, esboçando uma reação também no ano posterior, entretanto, tal reação é interrompida por uma nova queda em 2006, reduzindo-se para a faixa dos dezessete pontos percentuais e fechando, em 2008, com 17,95% do total das mercadorias semi-manufaturadas brasileiras com destino ao mercado estadunidense.

O grupo dos produtos manufaturados foi o único que diminuiu sua representatividade durante a série de vinte anos. Mesmo assim, ainda detém a maior parcela nas exportações para os EUA. Em 1988, era praticamente 75% do total exportado, e já no ano seguinte apresentou sua maior participação nas exportações durante os vinte anos em análise, fechando 1989 com 77,69%. De 1989 a 1994 sofreu algumas quedas, porém mantendo-se sempre acima de 70% das exportações brasileiras para os EUA.

Nos anos de 1995, 1996 e 1997, o grupo dos produtos manufaturados teve três consecutivas quedas, passando a representar 67,21%, 66,31% e 65,34%, respectivamente. Essa série de reduções é interrompida em 1998, com um pequeno aumento e os manufaturados passam a representar 69,78%, acumulando seguidos aumentos até 2001, onde

atingem 77,17% das exportações brasileiras. Em 2004, a representatividade deste terceiro grupo voltou a cair, acumulando constantes quedas, chegando em 2008 com 58,74% do total de produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos.

2.5.3 Grau de abertura comercial

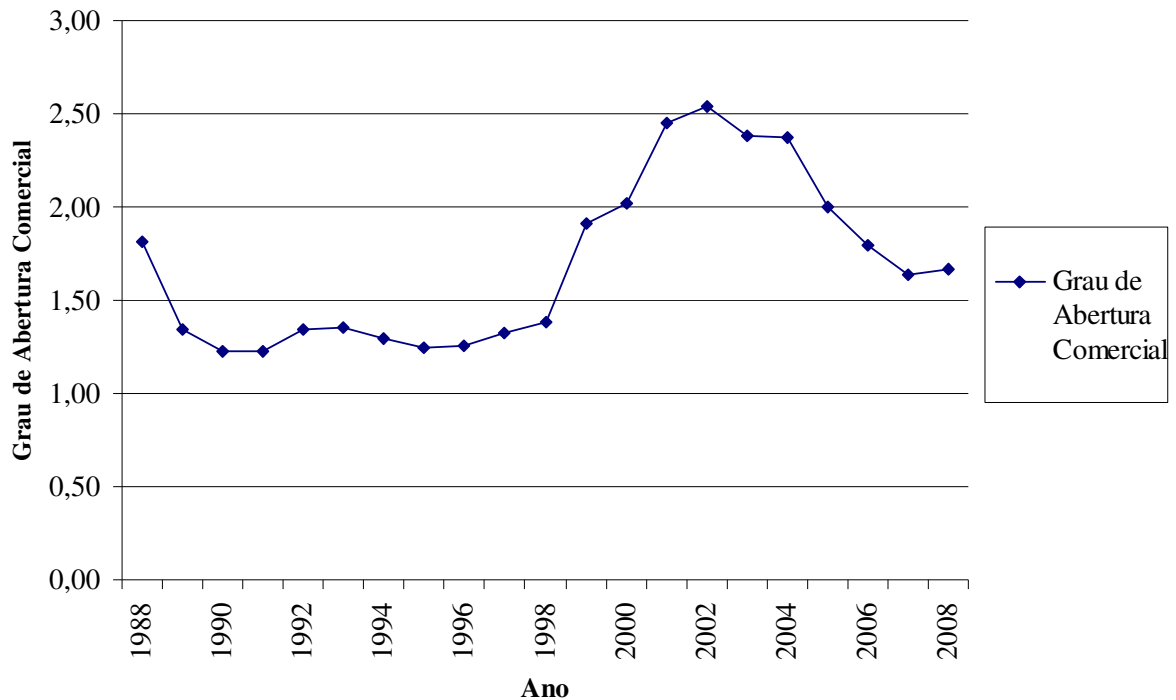


Gráfico 4: Grau de abertura comercial do Brasil com os Estados Unidos 1988-2008
Fonte: Secex, Ministério da Indústria e Comércio Exterior, United Nations, 2010.

O intercâmbio comercial brasileiro com os Estados Unidos parte de um indicador de 1,81, em 1988, caindo no ano seguinte para 1,34 e se mantendo oscilando em torno de 1,30 até o ano de 1998. Após esse período de estagnação, em 1999, apresentou um considerável aumento, superando o indicador de 1988, fechando assim, 1999 com 1,91. Os próximos três anos foram marcados por sucessivos aumentos, chegando em 2002 com o maior grau de abertura durante os vinte anos analisados, fechando o ano com um indicador de 2,54. Esse crescimento é interrompido por uma nova queda em 2003, e daí para os anos seguintes o indicador somente diminuiu, esboçando uma leve reação somente no último ano da série, quando o grau de abertura comercial foi de 1,64 em 2007 para 1,66 em 2008.

3 OS EFEITOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA, A ABORDAGEM DE CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO NO MERCOSUL NO CASO BRASILEIRO

Nesse terceiro capítulo é apresentado o conceito de criação e desvio de comércio e realizada a análise de qual dos casos o Mercosul pode se enquadrar.

3.1 Conceito de criação e desvio de comércio

Segundo as teorias clássicas de comércio internacional, a prática do livre comércio aumenta a eficiência e ganho de bem-estar. Logo, o protecionismo traria efeitos contrários a esses. Ao estabelecer um acordo de integração econômica, os países membros do acordo estão adotando o livre comércio entre os signatários e ao mesmo tempo impondo barreiras protecionistas em relação a terceiros. Diante dessa situação, os resultados quanto a ganhos ou perdas são incertos. Surgem desse caso os conceitos de Criação de Comércio e Desvio de Comércio, que foram definidos por Jacob Viner, em 1950.

Segundo Viner (1950), ao estabelecer um tratado de integração econômica e manter uma barreira protecionista para países não pertencentes ao acordo, pode-se observar um saldo líquido negativo, em decorrência do desvio de comércio.

Carvalho e Silva (2004) esclarecem os conceitos de criação de comércio e desvio de comércio, utilizando como exemplo o caso de três países: país A, país B e país C. Considerando uma mercadoria qualquer, com preço de R\$ 100,00 no país A, R\$ 84,00 no país B e R\$ 72,00 no país C, aceitando a hipótese de plena liberdade de comércio, fica evidente que o país A seria importador dessa mercadoria, pois possui a menor eficiência econômica entre todos, naturalmente essa mercadoria seria proveniente do país C com menor preço dentre os três.

Se o país A resolver impor uma tarifa de 50% sobre as importações de qualquer procedência, com o objetivo de proteger o produto nacional, os preços dessa mercadoria passarão a ser: R\$ 126,00 no país B e R\$ 108,00 no país C. O produto nacional do país A passa a ter o menor preço entre os três. Logo, os consumidores do país A irão preferir consumir a mercadoria produzida no próprio país ao preço de R\$ 100,00, mesmo que seja o produtor menos eficiente. Agora, considere que os países A e B resolvam assinar um tratado

de integração econômica, que remove as barreiras alfandegárias entre eles. O país B possui uma produção mais eficiente, e oferta sua mercadoria ao preço de R\$ 84,00. O país A beneficia-se dessa integração e passa a importar essa mercadoria do país B. Logo, a integração promove a criação de comércio, pois a produção doméstica do país A é substituída pela importação procedente do parceiro de integração, já que sua mercadoria se torna mais barata devido à ausência de tarifas.

Imaginando um segundo caso, onde o país A resolve que a tarifa sobre as importações seja de 25%, se teria resultados diferentes. Os preços da mercadoria passariam a ser: R\$ 105,00 no país B e R\$ 90,00 no país C. Se a tarifa fosse cobrada sobre qualquer importação, o país A importaria do país C, entretanto, o país A possui um acordo de livre comércio com o país B. Assim, o preço permanece R\$ 84,00, tornando mais conveniente a importação procedente do país B, deixando de importar do país C. Nesse caso, a integração provoca desvio de comércio (redução do bem-estar), o produto do país C, socialmente mais barato, é preterido em favor do produto do país B parceiro de integração. Mesmo com o consumidor do país A pagando R\$ 6,00 a menos no produto, o governo perde a receita de R\$ 18,00 que arrecadaria com a tarifa, tornando o saldo líquido negativo para o conjunto do país.

Os efeitos da integração para o país A se resumem ao quadro abaixo que Carvalho e Silva (2004) expõem:

Efeito	Antes da Integração Econômica	Depois da Integração Econômica	Consequências
Criação de Comércio	Se: $P_a < P_b(1+t) < P_c(1+t)$ Então: Produção Doméstica	Se: $P_b < P_a < P_c(1+t)$ Então: Importação do país B	Consumo: Aumenta Preço: Diminui Importação: Aumenta Produção: diminui
Desvio de Comércio	Se: $P_c(1+t) < P_b(1+t) < P_a$ Então: Importação do país C	Se: $P_b < P_c(1+t) < P_a$ Então: Importação do país B	Consumo: Aumenta Preço: Diminui Importação: Aumenta Receita pública: diminui

Quadro 1: Resumo dos efeitos da integração econômica para o país A:

Fonte: CARVALHO, SILVA, 2004.

Onde:

P_a = Preço do produto produzido no país A.

P_b = Preço do produto produzido no país B.

P_c = Preço do produto produzido no país C.

t = alíquota da tarifa de importação cobrada pelo país A.

Pode-se ver que em ambos os casos, o consumo e a importação aumentam e o preço diminui. O fato da criação de comércio proporcionar ganhos de bem-estar, é a substituição da produção doméstica que é menos eficiente, pela importação vinda do parceiro de integração com uma produção mais eficiente. Já quando há uma situação de desvio de comércio, a produção procedente de um produtor mais eficiente não pertencente à integração, é substituída pela importação do produto menos eficiente do parceiro de integração, gerando perdas de bem-estar, pois as perdas de receita tributária excedem os ganhos dos consumidores.

3.2 Análise da criação e desvio de comércio

De acordo com Carvalho e Silva (2004), os efeitos de criação e desvio de comércio são observados através de uma análise das perdas de receita pública, que, em caso de desvio de comércio, superam os ganhos obtidos ao comprar a mercadoria por um preço menor.

No presente estudo, foi utilizada outra metodologia para avaliar se ocorreu criação, desvio ou substituição de comércio. Fez-se uma análise, contrastando o Grau de Abertura Comercial (descrito no Capítulo 2, terceira subseção) brasileiro com o Mercosul e com os Estados Unidos, que é o maior parceiro comercial brasileiro. O gráfico 5 ilustra a evolução do indicador com relação ao Mercosul e Estados Unidos.

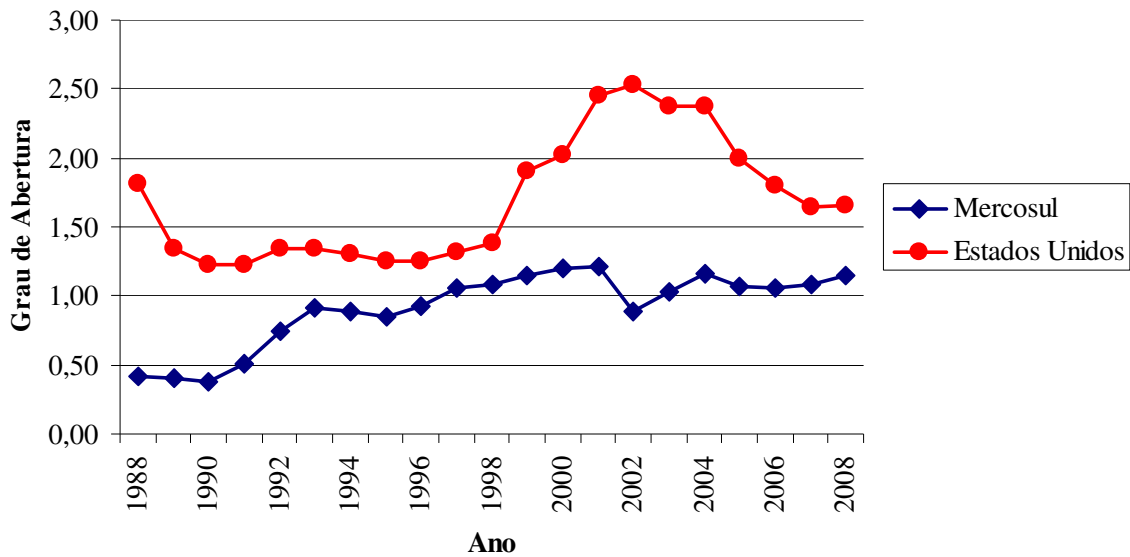


Gráfico 5: Evolução do grau de abertura comercial do Brasil com o Mercosul e do Brasil com os Estados Unidos.

Fonte: Secex, Ministério da Indústria e Comércio Exterior, United Nations, 2010.

A primeira inferência se pode fazer observando o comportamento dos graus de abertura comercial é quanto à evolução de 1988 para 2008. Enquanto o grau de abertura comercial brasileiro com o Mercosul passou de 0,42 para 1,15, ao longo dos vinte anos, com os Estados Unidos ele apresentou uma queda de 1,81 para 1,66. Podemos ver também que no período de adaptação ao Mercosul, de 1991 a 1994, o grau de abertura comercial com o bloco teve três sucessivos aumentos, seguidos por uma queda em 1994. Nesse mesmo espaço de tempo, o indicador com os Estados Unidos permaneceu quase que estagnado. No entanto, a análise dos efeitos sobre o comércio após a criação do Mercosul deve ser feita a partir do ano de 1994, já que essa data marca o início da integração econômica do Brasil com os demais membros do bloco.

Em 1994, o indicador apresentou valores de 0,88 para o Mercosul e 1,30 para os Estados Unidos. Já no ano seguinte, ambos sofreram uma queda, ressaltando que nesse ano o mercado comum já estava em funcionamento. A tendência era de que o intercâmbio comercial com o Mercosul tivesse um aumento, pois um dos benefícios da integração é o aumento do comércio com os membros do acordo.

No ano seguinte (1996), pode-se observar um aumento no grau de abertura comercial brasileiro com o bloco para 0,93. Já com os Estados Unidos o indicador permaneceu o mesmo

do ano anterior, ou seja, 1,25. Do período de 1996 a 2001, tanto o grau de abertura comercial com o Mercosul, quanto com os Estados Unidos, apresentaram uma série de consecutivos aumentos, chegando, em 2001, com 1,21 para o bloco e 2,45 para o mercado estadunidense, sendo esse o ano em que o indicador com o bloco teve seu maior valor no período dos vinte anos analisados. Esses seguidos aumentos, em ambos os indicadores, são interrompidos em 2002, quando o grau de abertura comercial brasileiro com o Mercosul sofre uma brusca queda, fechando o ano em 0,88. Essa diminuição está ligada diretamente à crise que atingiu a economia argentina nesse ano. Como a Argentina possui o status de parceiro comercial do Brasil de maior expressão dentro do bloco, o total das transações comerciais intra-bloco foi abalado, fazendo o indicador cair a um valor que não era observado desde 1995. Entretanto, vale destacar que, em 2002, o grau de abertura comercial brasileiro com os Estados Unidos atinge seu ápice no período analisado, com um valor de 2,54. Possivelmente, nesse ano, pode ter ocorrido um caso de substituição de comércio, onde o Brasil tenha comercializado com os Estados Unidos os produtos que seriam destinados ao Mercosul, especificamente a Argentina.

De 2003 a 2008, o indicador com relação ao Mercosul oscilou próximo à faixa de 1,0, fechando o ano de 2008 com 1,15. Já com os Estados Unidos, apresentou constantes quedas, que se iniciaram em 2003 e só foram interrompidas em 2008, onde esboça uma leve reação, apresentando um valor de 1,66 para esse ano.

Assim sendo, o grau de abertura comercial do Brasil com o Mercosul passou de 0,88, em 1994 (ano em que se reconhece juridicamente o mercado comum), para 1,15, em 2008 (com o mercado comum já estabelecido), e, nos Estados Unidos, o grau de abertura comercial passou de 1,30, em 1994, para 1,66, em 2008. Com base nesses dados, pode-se inferir que o Mercosul gerou criação de comércio, pois o volume do intercâmbio comercial do Brasil com o bloco aumentou. Não obstante a isso, o fato de o grau de abertura comercial com os Estados Unidos também ter aumentado, elimina a hipótese de desvio de comércio.

A tabela 3 apresenta o comportamento da participação percentual das exportações e importações com o bloco e com os Estados Unidos.

Tabela 3: Evolução da participação das importações e exportações com o Mercosul e com os Estados Unidos no total brasileiro

Mercosul			Estados Unidos		
Ano	Exportações	Importações	Ano	Exportações	Importações
1988	4,86%	7,80%	1988	26,15%	21,13%
1989	4,01%	12,00%	1989	23,94%	20,42%
1990	4,20%	11,19%	1990	24,17%	20,14%
1991	7,30%	10,66%	1991	19,81%	22,28%
1992	11,45%	10,84%	1992	19,37%	22,08%
1993	13,97%	13,38%	1993	20,34%	20,04%
1994	13,60%	13,86%	1994	20,25%	20,18%
1995	13,23%	13,70%	1995	18,67%	21,05%
1996	15,30%	15,56%	1996	19,23%	22,15%
1997	17,07%	15,78%	1997	17,51%	22,94%
1998	17,36%	16,30%	1998	19,06%	23,40%
1999	14,12%	13,63%	1999	22,23%	23,81%
2000	14,04%	13,96%	2000	23,93%	23,10%
2001	10,94%	12,61%	2001	24,38%	23,21%
2002	5,49%	11,88%	2002	25,44%	21,78%
2003	7,77%	11,76%	2003	22,85%	19,80%
2004	9,24%	10,17%	2004	20,79%	18,07%
2005	9,91%	9,58%	2005	19,02%	17,21%
2006	10,15%	9,82%	2006	17,80%	16,05%
2007	10,80%	9,64%	2007	15,60%	15,52%
2008	10,98%	8,62%	2008	13,85%	14,80%

Fonte: Secex, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2010

Embora a representatividade das exportações e importações com o bloco e com o mercado estadunidense tenham diminuído, de 1994 para 2008, as mesmas tiveram aumentos superiores a 300%, como se pode observar no Capítulo 2, reforçando a afirmação de que a integração econômica gerou criação de comércio, nesse caso. A diminuição da participação das exportações e importações com o Mercosul e com os Estados Unidos no total brasileiro, provavelmente está ligada à diversificação da pauta de parceiros comerciais do Brasil nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar se para o Brasil a formação do Mercosul gerou a criação ou desvio de comércio. Para alcançar tal objetivo, foi realizada uma abordagem sobre a integração econômica na América Latina, tendo em vista a necessidade de ter uma base referencial da evolução de como foram tratadas as propostas para estabelecer um acordo de integração.

A CEPAL aparece em meio a esse cenário como a principal corrente de pensamento nas discussões de integração latino-americana. A formalização de um acordo de integração regional dentro da América Latina tinha lugar de destaque como uma das alternativas para alcançar o crescimento da região e mudar a situação de subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Vários modelos e idéias de integração foram trabalhados até chegar à formação do Mercado Comum do Sul.

A análise da evolução das Exportações, Importações e do Grau de Abertura Comercial brasileiro, de 1988 a 2008, com o Mercosul e com os Estados Unidos, pode situar e dar dimensão ao volume de negociações comerciais que envolvem a economia brasileira. Em um espaço de vinte anos, o volume comercial aumentou de tal maneira que as exportações e importações com o Mercosul, em 1988, não chegam a representar 10% do valor que alcançaram em 2008. O crescimento mais acentuado, tanto das exportações quanto das importações, foi a partir do início do século XXI. Os dados utilizados para essa análise tiveram como fonte as pesquisas da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Pode-se dizer que o Mercosul foi o primeiro acordo de integração econômica que obteve maiores resultados dentre aqueles que o Brasil participou na América Latina. Isso

ocorreu, provavelmente, pelo fato de os países terem visualizado novas perspectivas quanto ao comércio com parceiros do bloco. Assim, os problemas que atingiram as tentativas anteriores não atacaram o Mercosul. De modo geral, a assinatura do acordo de integração trouxe efeitos positivos para a economia brasileira. Isso pode ser claramente constatado na evolução das relações comerciais com o volume de comércio intra-bloco, alcançando valores nunca observados anteriormente, seguindo uma tendência de constante aumento.

Na prática, alguns pontos do Mercosul ainda não estão funcionando plenamente, como é o caso da livre mobilidade de fatores de produção, avaliando, como exemplo, a livre circulação de mão-de-obra. Ainda é preciso harmonizar as leis trabalhistas dos países membros para que opere de maneira correta. Embora utilize a nomenclatura de Mercado Comum do Sul, atualmente o Mercosul pode ser mais bem enquadrado como uma união aduaneira.

Para dar conta do objetivo central do trabalho, foi feita uma segunda análise, abordando novamente o Grau de Abertura Comercial, porém com uma comparação ano a ano do grau de abertura comercial brasileiro com o bloco e com a economia estadunidense. Utilizando como base o ano de 1994 (Protocolo de Ouro Preto), contrastando com o ano de 2008, onde já havia se constituído o Mercosul, foi possível concluir que o Mercosul proporcionou criação de comércio, pois ambos os graus de abertura comercial cresceram, aumentando a eficiência e gerando ganhos de bem-estar para o Brasil.

Nesta monografia, a criação e desvio de comércio foram abordados com um olhar mais abrangente, tomando como base o total das exportações e importações. Contudo, abre-se aqui a possibilidade de se aprofundar o estudo, investigando os principais produtos que compõem as pautas de exportação e importação com o bloco, podendo inferir considerações sobre casos específicos, avaliando a criação e desvio de comércio em cada produto.

REFERÊNCIAS

- ACORDO de Complementação Econômica nº 14 – ACE 14. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=450&refr=405>>. Acesso em: 15 maio 2010.
- ANÁLISE. Anuário Comércio Exterior 2005-2006. São Paulo: Globo Cochrane, 2007.
- BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**. 3. ed. Lisboa: Clássica, 1961.
- BAUMANN, Renato; LERDA, Juan Carlos (Coords.). **Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate**. São Paulo: Marco Zero, 1987.
- BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos. **Mercosul: então e agora**. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/24531/LCBRSR159MercosulEntaoeagoraRBCM.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2010.
- BONI, Luis A. de; SEITENFUS, Vera Maria P (Coords.). **Temas de integração latino americana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- BRUM, Argemiro Luís; HECK, Cláudia Regina. **Economia internacional: uma síntese da análise teórica**. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.
- BRUM, Argemiro Luís. **Economia internacional: uma síntese da análise teórica**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.
- CARDOSO, Oscar Valente. **Integração na atualidade: OMC e blocos regionais**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.
- CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto L. **Economia internacional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- CEPAL. Disponível em: <<http://www.eclac.org>>. Acesso em: 28 abr. 2010.
- CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. **História do cone sul**. São Paulo: Universidade de Brasília, 1998.
- CHACON, Vamireh. **O mercosul: a integração econômica na América Latina**. São Paulo: Scipione, 1997.

CONFEDERAÇÃO Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Síntese da Economia Brasileira 2009/Synthesis of the Brazilian Economy 2009. Publicação Anual. Rio de Janeiro, 2009.

CONJUNTURA Econômica. Conjuntura estatística. Rio de Janeiro: FGV, Publicação Outubro 2009-2010.

FUNDAÇÃO Alexandre Gusmão. **O mercosul e a integração sul-americana: mais do que a economia – encontro de culturas.** Brasília, 1997.

GRAVINA, Paulo. **A CEPAL e a América Latina no século XXI o legado de Prebisch.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, 2001.

JESUS, Avelino de. **Relações comerciais internacionais: GATT, ALADI, MERCOSUL, SGP, SGPC NCPD.** São Paulo: Aduaneiras, 1992.

KRUGMAN, Paul. R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política.** 6.ed. São Paulo: Makron, 2005.

LUNARDI, Angelo Luiz. Incoterms. **Condições internacionais de compra e venda.** 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LYRA, Flavio Tavares de. **O Brasil no processo de integração da América do Sul: evolução recente, problemas e complementaridades potenciais.** Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/32305/LCBRSR188FlavioTavaresdeLyra.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2010.

MACHADO, Luiz. **Grandes economistas XI: Raúl Prebisch e a contribuição da CEPAL.** Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/index.php?Itemid=114&id=904&option=com_content&task=vie>. Acesso em: 01 jun. 2010.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MERCOSUL. Tratado de Assunção. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1/>>. Acesso em: 12 maio 2010.

PLANO Real. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/planreal.asp>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

SECEX. Secretaria do Comércio Exterior. Balança comercial. Estados Unidos. Disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2033&refr=576>>. Acesso em: 04 mar. 2010.

SCHAPOSNIK, Eduardo Carlos. **As teorias de integração e o mercosul: estratégias.** Florianópolis: UFSC, 1997.

SILVA, Verônica. **Cooperación em política de competencia y acuerdos comerciales em América Latina y el Caribe (ALC)**. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/21004/lcl2244e.pdf>>. Acesso em: 02 jun.2010.

UNITED Nations Statistics Division. **National Accounts**. Disponível em <<http://unstats.un.org/unsd/snaama/selbasicFast.asp>>. Acesso em: 17 abr. 2010.

VINER, Jacob. **The Customs Union Issue**. Nova York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

ANEXOS

ANEXO A - Evolução anual do total das Exportações e Importações Brasileiras, US\$ F.O.B.

Ano	Exportações (US\$ F.O.B.)	Importações (US\$ F.O.B.)	Saldo (US\$ F.O.B.)
1988	33.789.567.229	14.603.132.352	19.186.434.877
1989	34.382.619.710	18.263.432.738	16.119.186.972
1990	31.413.756.040	20.661.362.039	10.752.394.001
1991	31.620.439.443	21.040.470.792	10.579.968.651
1992	35.792.985.844	20.554.091.051	15.238.894.793
1993	38.554.769.047	25.256.000.927	13.298.768.120
1994	43.545.148.862	33.078.690.132	10.466.458.730
1995	46.506.282.414	49.971.896.207	-3.465.613.793
1996	47.746.728.158	53.345.767.156	-5.599.038.998
1997	52.982.725.829	59.747.227.088	-6.764.501.259
1998	51.139.861.545	57.763.475.974	-6.623.614.429
1999	48.012.789.947	49.301.557.692	-1.288.767.745
2000	55.118.919.865	55.850.663.138	-731.743.273
2001	58.286.593.021	55.601.758.416	2.684.834.605
2002	60.438.653.035	47.242.654.199	13.195.998.836
2003	73.203.222.075	48.325.566.630	24.877.655.445
2004	96.677.498.766	62.835.615.629	33.841.883.137
2005	118.529.184.899	73.600.375.672	44.928.809.227
2006	137.807.469.531	91.350.840.805	46.456.628.726
2007	160.649.072.830	120.617.446.250	40.031.626.580
2008	197.942.442.909	173.196.633.755	24.745.809.154

Fonte: Secex, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

**ANEXO B - Evolução do Produto Interno Bruto Brasileiro a preços correntes em US\$,
1988-2008.**

Ano	PIB
1988	328.642.787.964,46
1989	446.856.536.414,59
1990	478.574.727.648,75
1991	445.271.062.520,91
1992	426.528.734.698,05
1993	478.620.130.838,23
1994	596.471.578.949,59
1995	768.951.325.826,37
1996	839.683.613.570,79
1997	871.200.612.249,63
1998	843.827.605.520,53
1999	587.122.065.743,82
2000	644.728.923.433,41
2001	554.187.277.450,17
2002	506.040.513.119,48
2003	552.383.994.851,18
2004	663.732.894.846,86
2005	882.043.948.603,92
2006	1.089.398.220.650,38
2007	1.334.120.789.053,57
2008	1.595.497.752.838,05

Fonte: United Nations.

ANEXO C - Intercâmbio Comercial Brasileiro - Evolução das Exportações e Importações com o Mercosul 1988-2008, em US\$ F.O.B.

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1988	1.642.946.712	1.138.387.215	504.559.497
1989	1.379.717.221	2.191.679.110	-811.961.889
1990	1.320.244.279	2.311.826.777	-991.582.498
1991	2.309.352.601	2.242.704.519	66.648.082
1992	4.097.469.283	2.228.563.468	1.868.905.815
1993	5.386.909.641	3.378.254.340	2.008.655.301
1994	5.921.475.981	4.583.270.397	1.338.205.584
1995	6.153.768.222	6.843.923.909	-690.155.687
1996	7.305.281.948	8.301.547.326	-996.265.378
1997	9.045.110.950	9.426.133.443	-381.022.493
1998	8.878.233.843	9.416.203.081	-537.969.238
1999	6.778.178.415	6.719.244.536	58.933.879
2000	7.739.599.181	7.796.208.525	-56.609.344
2001	6.374.455.028	7.009.674.042	-635.219.014
2002	3.318.675.277	5.611.720.224	-2.293.044.947
2003	5.684.309.729	5.685.228.972	-919.243
2004	8.934.901.994	6.390.492.978	2.544.409.016
2005	11.746.011.414	7.053.699.272	4.692.312.142
2006	13.985.828.343	8.967.386.709	5.018.441.634
2007	17.353.576.477	11.624.752.344	5.728.824.133
2008	21.737.308.031	14.933.627.214	6.803.680.817

Fonte: Secex, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ANEXO D - Intercâmbio Comercial Brasileiro - Evolução das Exportações e Importações com os Estados Unidos 1988-2008.

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1988	8.835.721.197	3.086.336.475	5.749.384.722
1989	8.231.202.141	3.728.968.465	4.502.233.676
1990	7.594.263.027	4.160.683.895	3.433.579.132
1991	6.264.436.712	4.687.570.150	1.576.866.562
1992	6.932.757.328	4.538.666.763	2.394.090.565
1993	7.843.335.397	5.062.251.046	2.781.084.351
1994	8.816.241.304	6.674.390.616	2.141.850.688
1995	8.682.812.161	10.519.498.419	-1.836.686.258
1996	9.182.584.604	11.818.422.203	-2.635.837.599
1997	9.274.987.124	13.706.094.568	-4.431.107.444
1998	9.747.316.066	13.514.742.008	-3.767.425.942
1999	10.675.124.224	11.741.047.942	-1.065.923.718
2000	13.189.576.929	12.899.226.083	290.350.846
2001	14.208.572.954	12.905.492.013	1.303.080.941
2002	15.377.822.589	10.287.452.316	5.090.370.273
2003	16.728.079.047	9.569.454.702	7.158.624.345
2004	20.099.235.400	11.357.061.637	8.742.173.763
2005	22.539.731.875	12.666.508.176	9.873.223.699
2006	24.524.748.523	14.657.479.678	9.867.268.845
2007	25.065.048.412	18.723.280.625	6.341.767.787
2008	27.423.048.799	25.626.824.831	1.796.223.968

Fonte: Secex, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ANEXO E – Evolução da Variação de Taxa de Câmbio: Reais por Dólares Americanos.

Ano	R\$/US\$
1988	0,000000954
1989	0,00000103
1990	0,0000248
1991	0,0001
1992	0,0016
1993	0,0322
1994	0,6387
1995	0,9174
1996	1,0051
1997	1,078
1998	1,1606
1999	1,8147
2000	1,8302
2001	2,3504
2002	2,9212
2003	3,0783
2004	2,9259
2005	2,4352
2006	2,1761
2007	1,8624
2008	1,8345

Fonte: Revista Conjuntura Econômica Edição de Outubro de 2000 e 2009.